



Dom Luciano e Dias insistem em falar com o ministro



Ackel: só um desabafo

Até de Direita

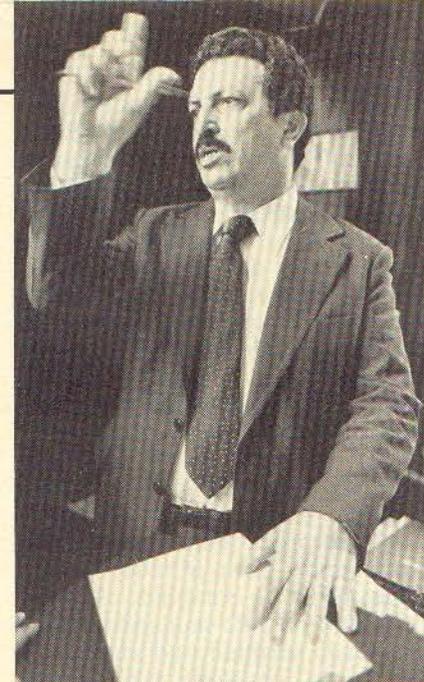
Sem pistas? Como?

A polícia não encontra Mohn, e as falsificações continuam

Na semana passada, ISTOÉ nº 298 divulgou, com exclusividade, o relato do cidadão brasileiro Ney Mohn em que ele assumia, em nome de organizações de direita, a falsificação e distribuição do jornal *O São Paulo*, da arquidiocese paulistana, e uma série de outras falsificações de cartilhas, boletins e outras publicações da Igreja. Uma semana depois, o cidadão Ney Mohn continuava, sem ser importunado pela polícia, circulando pelo Setor Comercial Sul de Brasília. Foi visto em alguns escritórios, onde ele diz prestar um tipo de assistência profissional (é formado em administração de empresas pela Universidade de Brasília), e não tomou, aparentemente, nenhum cuidado especial para evitar ser localizado. Em suma, até o final da semana passada, avançou-se muito pouco no caso das falsificações, apesar de Ney Mohn ter traçado publicamente o caminho que poderia levar ou aos falsificadores ou à constatação de que ele, Mohn, estaria mentando por alguma razão qualquer ou inventando uma história fantástica. De qualquer forma, como as falsificações existiram e Ney Mohn existe – e, mais do que isso, é um militante do que se poderia chamar de direita mais agressiva, sendo razoavelmente conhecido dos órgãos de informação –, o primeiro passo para tentar resolver o caso das falsificações seria falar com ele.

A polícia tentou isso, mas sem muito entusiasmo. O delegado Carlos Antônio Sequeira, do DOPS paulista, encarregado das investigações, admitiu no início da semana que sua melhor pista para chegar aos falsários era a reportagem de ISTOÉ nº 298. Desde quarta-feira, 8, inclusive, Sequeira está com uma passagem para Brasília no bolso, esperando que a polícia da capital localize Mohn para interrogá-lo. Naquele mesmo dia, às 17h30m, o secretário da Segurança Pública de Brasília, Lauro Rieht, recebeu um pedido de São Paulo para que localizasse Mohn. O delegado Romeu Tuma, diretor do DOPS, falou pessoalmente com Rieht, e sugeriu que Mohn fosse primeiro intimado. “Se ele não comparecer com a intimação, aí a gente pode levá-lo de baixo de vara”, acrescentou Tuma, que conhece bem Mohn e ainda tem dúvidas sobre os motivos que o levaram a aparecer espontaneamente como um dos articuladores da operação falsificações. Tuma não descarta a hipótese de o gesto de Mohn ser uma jogada interna dos grupos de ultradireita ou mesmo uma contra-informação com o objetivo de confundir ainda mais as investigações. São hipóteses, no entanto, difíceis de sustentar. Se fosse uma jogada interna dos grupos de direita, fatalmente outros parceiros nesse tipo de disputa já teriam entrado em cena. O único que

apareceu até agora foi o advogado João Parisi Filho, fundador da Cruzada Nacionalista, Cruna, entidade não-clandestina – ela tem inclusive registro como sociedade civil – e mencionada por Mohn como sendo a organizadora da parte industrial das falsificações. Depois de ser procurado em vão pela polícia paulista – ele estava tratando de seus negócios de terras no Paraguai, enquanto o investigador encarregado de encontrá-lo ia procurá-lo no Mackenzie, como se ele fosse ainda um estudante de direito –, Parisi apareceu no DOPS na quinta-feira à tarde e prestou depoimento negando qualquer envolvimento no episódio. O aparecimento de Parisi, se não ajudou a esclarecer, serviu ainda para retardar a viagem do delegado Sequeira a Brasília. Em suma, o caso das falsificações está sendo tocado sem muita pressa, apesar de o advogado José Carlos Dias, contratado para cuidar do assunto pela Cúria de São Paulo, não ter ainda perdido as esperanças de que desta vez, ainda que em marcha lenta, uma ação de ultradireita deixe de ser, como tantas outras, arquivada entre os casos insolúveis e, mais do que isso, impunes (leia página 26). As esperanças do advogado da Cúria residem basicamente nos seus contatos recentes com policiais de São Paulo, de vários níveis, em função de uma futura reorganização da polícia civil do Estado.



Tuma: alguma sensibilidade

Membro do *staff* da candidatura Franco Montoro, José Carlos Dias está tratando, para a hipótese de uma vitória de Montoro, com gente da própria polícia, de assuntos como reequipamento da frota, técnicas de policiamento preventivo, a provável extinção, por ser de interesse da Polícia Federal, do convênio com o governo do Estado, que atribui ao DOPS paulista a função de polícia política etc... No bojo dessas conversas, tem colocado a importância de não se deixar passar em branco o caso das falsificações, pois a polícia paulista estaria dando, assim, uma colaboração importante para se neutralizar, ou pelo menos prevenir, eventuais reações,

O caso da carta, na Justiça

O advogado José Carlos Dias vai tentar, ainda esta semana, trazer de volta à discussão, e desta vez na esfera da Justiça, o caso da violação da correspondência das freiras Maria Estela Sanches Coelho e Walchira Aparecida Cosme. Ele entrará com uma ação contra o coronel Oyama Olinto, diretor regional dos Correios de São Paulo, acusando-o de ter injuriado e caluniado as duas freiras quando surgiu pela primeira vez a denúncia de que uma carta falsa de Walchira chegara às mãos de Maria Estela. Na ocasião, o diretor dos Correios definiu a denúncia como uma calúnia com objetivos políticos de desmoralizar o governo neste período eleitoral. Mesmo assim mandou

que poderiam tumultuar São Paulo no momento em que se instalasse um governo oposicionista no Estado. Também com Tuma colocou essa questão, e o diretor do DOPS não se mostrou insensível ao raciocínio do advogado. Tuma, diga-se, ficou muito irritado quando o caso das falsificações foi entregue, no início do inquérito, não ao DOPS mas à Delegacia de Crimes contra a Fé Pública. Mais irritado ainda com a insinuação, atribuída ao delegado Celso Telles, de que, se fosse "coisa da direita", era bom mesmo não ficar com o DOPS, pois não ia dar em nada.

A receptividade que Dias tem encontrado junto a certas áreas da polícia, ele, no entanto, não obteve na audiência que teve, ainda na quarta-feira, 8, com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em Brasília, juntamente com dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB. Marcado com uma semana de antecedência, o encontro havia sido simplesmente suprimido da agenda do ministro. Dias e dom Luciano só foram recebidos porque o secretário da CNBB ameaçou ficar

plantado no ministério o dia inteiro e disse à imprensa que considerava inadmissível o descaso de Ackel. O ministro, que estava no Palácio do Planalto, para onde fora chamado pelo telefone do seu automóvel para uma conversa com o chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, acabou recebendo Dias e dom Luciano. Mas antes de ouvir o que traziam, fez considerações ásperas sobre as esquerdas em geral, e falou sobre excessos da imprensa. No final, Ackel disse que ia tomar as providências necessárias sobre as falsificações e desculpou-se pelo início da conversa, com um desabafo.

É difícil explicar o desabafo de Ackel em função de sua ida ao Planalto. Ali, pelo menos em áreas ligadas ao Gabinete Civil, as falsificações são analisadas até agora como um problema policial sem maiores desdobramentos políticos. Outra fonte palaciana vê no episódio um componente de terrorismo psicológico, mas define esse terrorismo como normal, típico mesmo de um período pré-eleitoral. Para esse funcionário, a própria Igreja vai acabar se beneficiando no caso das falsificações, pois está-se colo-



As irmãs Walchira e Maria Estela: assinatura falsificada

abrir sindicância. Dias quer agora inverter a situação. Ao dizer, numa entrevista, que as freiras haviam cometido uma calúnia, o coronel Oyama é quem teria sido o caluniador. O advogado pretende, além disso, manter o assunto em discussão, marcar bem a ligação entre o episódio das freiras e o caso de *O São Paulo*. Ele lembra, por exemplo, que a irmã Maria Estela foi redatora-chefe do jornal. Ela estava

num convento, na França, no meio dos Alpes, no início de agosto, quando recebeu a carta de Walchira, onde ela se penitenciava por suas posições políticas. No envelope vinha ainda um folheto apócrifo, quando Maria Estela esperava encontrar ali o jornal *Grita Povo*, das comunidades de base da Zona Leste de São Paulo.

cando junto à opinião pública na condição de vítima. Uma argumentação também difícil de se justificar, mesmo porque é visível a preocupação da hierarquia da Igreja com os efeitos das falsificações que vêm-se alastrando pelo país nos últimos tempos (leia quadro abaixo). Esta semana, por exemplo, foram descobertas em Bauru, interior de São Paulo, cópias falsificadas e distribuídas pelo Correio de um artigo do padre Paul-Eugène Charbonneau publicado no último dia 25 de agosto pela *Folha de S. Paulo*. Charbonneau, vice-diretor do conhecido Colégio Santa Cruz, em São Paulo, fez comentário intitulado *O discurso pornográfico das forças da reação*. No texto falso, o título transformou-se em *O discurso pornográfico das forças progressistas*. No artigo, Charbonneau pedia exatamente ao ministro Abi-Ackel que se empenhasse no caso da falsificação de *O São Paulo*.

O próprio aparecimento desse texto em Bauru mostra que os falsificadores continuam ativos e, mais do que isso, ágeis. O boletim falso da



Charbonneau e o texto falso

CNBB foi entregue no Correio, em Brasília, no mesmo dia do boletim verdadeiro, ambos datados de 13 de agosto. E por misteriosas razões chegou às mãos de muitos destinatários, entre eles dom Paulo Evaristo Arns, antes do verdadeiro. Um folheto apócrifo distribuído em Roraima e no Acre num determinado dia pode es-

tar circulando em São Paulo no dia seguinte. Na distribuição da edição falsa de *O São Paulo*, alguns exemplares, os destinados à região da Sé, tinham encartada a cartilha falsa distribuída na semana anterior na arquidiocese do Rio de Janeiro. Como requinte, os exemplares de *O São Paulo* traziam publicidade de um folheto distribuído na região do Araguaia contra a ação dos chamados padres missionários. A distribuição de *O São Paulo*, diga-se, foi a nível nacional, tendo sido recebido por bispos e padres de vários Estados. Com reação absolutamente surpreendente em pelo menos um caso. Dom Manuel Pestana Filho, bispo de Anápolis, escreveu carta a dom Paulo saudando o texto falsificado atribuído ao cardeal de São Paulo, onde ele faz um *mea culpa* por erros que teria cometido na orientação da arquidiocese, desviando o trabalho da Igreja para uma ação política.

Tirante casos extremos como o de Anápolis, no entanto, mesmo os núcleos considerados conservadores da

para o próximo novembro apresentaram-se de particular importância para a consolidação das aspirações rumo à plenitude democrática que se almeja, e, 26 responderam "não" a essa pergunta.

Embora a maioria dos bispos consultados tenha se manifestado contra a participação político-partidária da cúpula da Igreja, as cartilhas políticas proliferaram e continuam sendo divulgadas.

A CNBB submete à reflexão na grande maioria o pensamento de Cícero, o grande orador, filósofo e senador romano: "Se não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo!"

Nas falsificações do boletim da CNBB e de "O São Paulo"

O que revelam as falsificações

A primeira falsificação aconteceu em maio de 1977, no Rio de Janeiro, com uma publicação pirata do nº 263 de *A Folha*, jornal da mitra diocesana de Nova Iguaçu. Mas a avalanche de falsificações e publicações apócrifas atacando a Igreja só se intensificou a partir do início deste ano. E nem o diretor do DOPS paulista, delegado Romeu Tuma, duvida que publicações aparentemente tão distantes quanto o cordel apócrifo *A Santinha que Venceu o Demônio*, de Roraima, o boletim falso da CNBB, em Brasília, cartilhas falsas, no Rio de Janeiro, e a edição pirata de *O São Paulo* tenham a mesma origem.

É fácil, de fato, localizar pontos

fase mais difícil, que é o "por em prática". Obedecer com fidelidade aos rumos indicados exige sacrifícios. Resta então, a pergunta: como são fiéis ao Sucessor de Pedro? Responder é a essência do ser um.

Esta mensagem — que é mais um desafio pessoal do que uma mensagem — foi fruto de uma reflexão profunda, resultado de anos de equívocos e ilusões, um verdadeiro exame de consciência feito, pela primeira vez, sem condicionamentos de qualquer tipo. O que foi preciso — antes de tudo — foi a coragem de dizer o que penso. "Se não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo." (Cícero).

Tenho pautado minhas ações não de acordo com minhas convicções pessoais, mas de acordo com o pensamento de Cícero.

... a citação do pensamento de Cícero

coincidentes em todas elas. Como a citação de Cícero — "Se não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo" — inserida tanto no texto do boletim falso da CNBB, postado no Correio, em Brasília, em 13 de agosto, quanto na edição pirata de *O São Paulo*.

Simple coincidência de linguagem, certamente, é a utilização, pelos falsificadores do artigo do padre Paul-

Eugene Charbonneau, da expressão "multinacional clerical marxista", cunhada pelo tradicionalista católico Lenildo Tabosa Pessoa em seus artigos para o *Jornal da Tarde*. Não é simples coincidência, contudo, as repetidas acusações — "ladrão e comunista" — nos cordéis *A Santa e o Satanás*, atacando dom Aldo Morgiano, bispo de Roraima, e *O Anticristo*, contra dom Pedro Casaldáliga — que circulou em São Paulo com a foto de dom Evaristo Arns. Pelo estilo dos versos e dos traços, o poeta e o desenhista são, sem dúvida, os mesmos nos dois folhetos.

A assessoria teológica com que contam os falsários fica clara, por exemplo, nas acusações contra o frei Leonardo Boff contidas no falso *O São Paulo*. Seu autor possui, com certeza, bons conhecimentos de teologia. Só o autor do texto da primeira falsificação — a de *A Folha*, em 1977 —, no entanto, é conhecido: o jornal falso é uma reprodução da carta do então bispo de Diamantina, dom Geraldo Sigaud, acusando dom Pedro Casaldáliga e dom Tomás Balduino de comunistas.

Destino final: arquivo

Na sala do delegado Romeu Tuma, no quinto andar do prédio do DOPS, Agostinho Rizzo Júnior passou um forte pito no filho, André Luiz de Moraes Rizzo: "Nunca mais me faça uma coisa dessas", ele encerrou, enérgico. Não se sabe se ele ameaçou cortar a sobremesa em caso de desobediência, mas

inquéritos que apuravam a prisão ilegal dos advogados Dalmo de Abreu Dallari e José Carlos Dias, em 19 de abril de 1980, e o seqüestro e agressão a facadas ao mesmo Dalmo Dallari, em 2 de julho de 1980.

O primeiro foi arquivado em abril deste ano, com a prescrição do crime, sem que nada tivesse

Igreja estão empenhados em colaborar, na medida do possível, para elucidar o caso das falsificações. Alguns padres dessa linha ouvidos por ISTOE insistiram muito na evidência de que alguns dos textos falsos de *O São Paulo* e do boletim da CNBB foram redigidos por pessoas de bom nível cultural e com conhecimentos de assuntos internos da Igreja, tese já defendida pelo cardeal Arns. O que coloca naturalmente a suspeita de envolvimento de pessoas ligadas à própria Igreja nessa operação. De qualquer forma, se isso acontecer, trata-se de uma mobilização feita por um grupo muito coeso, provavelmente de poucas pessoas. Uma das curiosidades do episódio falsificações notadas pelo pessoal do DOPS paulista é a absoluta ausência de denúncias, ainda que vagas ou feitas apenas para tumultuar, que são habituais em casos que envolvem grupos políticos clandestinos.

Na falta de denúncias, e com a falta de convicção em partir para a localização de Ney Mohn em Brasília, o DOPS está na dependência, para ajudar nas investigações de exames que estão sendo feitos no Instituto de Polícia Técnica, de alguns envelopes contendo jornais falsos e que não chegaram a ser abertos por seus destinatários. A polícia técnica, na qual o advogado José Carlos Dias deposita total confiança, tentará levantar impressões digitais de pessoas que fecharam os envelopes. Está sendo investigada também a possibilidade de os falsários terem deixado suas impressões nos fotolitos da edição falsa de *O São Paulo*, que dessa forma poderiam ter sido reproduzidas nos exemplares do jornal. Como se vê, um trabalho que exigirá tempo, paciência e acima de tudo sorte. Só por sorte, por exemplo, poderia ser localizada a gráfica onde foram impressos os exemplares falsos de *O São Paulo*. O delegado Sequeira calcula que existam só em São Paulo umas cem gráficas em condições de fazer esse trabalho, e outras cem espalhadas pelo interior. Isso na hipótese da impressão ter sido feita em São Paulo. Quando falou a ISTOE, na semana anterior, Ney Mohn insinuou que a gráfica poderia estar situada em Brasília, onde seria, em tese, mais fácil localizá-la. Para isso, no entanto, seria preciso ouvir Mohn. ▲



Rizzo era acusado de incendiar bancas de jornais. O inquérito foi arquivado, como o do atentado a Dalmo Dallari



nunca mais aconteceram atentados a bombas a bancas de jornais. Quanto ao inquérito que apurava aquelas explosões e os tiros disparados contra o escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh – e dos quais eram acusados André Rizzo e seu colega Mário Fontes –, acabou arquivado, por sugestão do delegado que o presidiu, “por não ter ficado nada comprovado”.

Foi assim também com os dois

sido apurado, apesar dos seqüestradores terem abandonado suas vítimas dentro do próprio plantão do DOPS. O segundo foi para o arquivo depois que a promotoria pública determinou que a polícia solicitasse ao II Exército as fotos dos agentes do DOI-CODI para uma tentativa de reconhecimento. O delegado Zildo Heliodoro chegou a ir ao II Exército pedir as fotos: “Nós não vamos recusar”, disseram-lhe, “o senhor não se atreva nem a pedir”. Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, ficou sabendo pelos jornais do arquivamento das investigações para identificação dos terroristas que o seqüestraram – para abandoná-lo nu e amarrado, depois de explodirem uma bomba em seu carro – no dia 22 de setembro de 1976. No único caso em que um acusado de atentados cometidos pela extrema direita chegou a ser julgado, houve absolvição. Ronald Watters, acusado de confeccionar a bomba que matou dona Lyda Monteiro da Silva, foi absolvido pela Justiça Militar no dia 11 de fevereiro deste ano. Ele agora processa a União por “acusação infundada”.